

O ECOTURISMO E AS PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS*

C. Meireles

Rua Fernão Lopes, 10

6420-062 Trancoso

Desde o século XIX, quando o turismo aparece como actividade organizada, que a indústria turística tem crescido de forma surpreendente, sendo hoje um dos sectores económicos com maior crescimento a nível mundial e uma das maiores indústrias do mundo. Pelo número de pessoas que movimenta, pelos empregos que cria e pelas receitas que envolve é, actualmente, um dos principais impulsionadores económicos de vários países e regiões do mundo.

Contudo, a actividade turística tem quase sempre múltiplos impactos negativos sobre o meio, pelo facto dos valores naturais serem, muitas vezes, o recurso base sob o qual o turismo depende. Estes impactos resultam, sobretudo, da alteração da paisagem natural, pela pressão excessiva sobre os recursos naturais. As consequências ambientais daí resultantes são inúmeras, complexas e difíceis de estimar, sendo frequentes: a deterioração dos habitats e das espécies locais, com a conseqüente diminuição da biodiversidade; o aumento da poluição e da contaminação marinha e costeira; a diminuição da qualidade da água; e a própria deterioração cultural das populações locais.

Nas últimas décadas do sec. XX, quando se verificou uma intensificação turística com diversas consequências ambientais, sociais e mesmo económicas, os impactos negativos da actividade turística começaram a tornar-se preocupantes. Este facto, juntamente com o acréscimo do interesse turístico por ambientes naturais, tem aumentado a preocupação pelos danos que esta actividade pode causar nos ecossistemas locais. Esta preocupação assumiu grande repercussão a partir dos anos setenta, quando se intensificou o debate sobre as questões ambientais a nível global e sobre o modelo de desenvolvimento não sustentável, assente essencialmente no crescimento económico.

Começa-se nesta altura a delinear um novo modelo de desenvolvimento que permita conciliar as diversas lógicas económico-sociais com os processos de sustentabilidade ecológica, objectivando a conservação e preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis e a melhoria da qualidade de vida da população mundial (Anónimo 1992). O reconhecimento internacional desta problemática ocorreu durante a Cimeira do Rio de Janeiro (realizada em Junho de 1992), na qual 179 países, assinaram o mais ambicioso programa de acções conjuntas com o objectivo de promover, em escala planetária, um novo estilo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. Sob esta denominação, pretendia-se um desenvolvimento que atendesse às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Como grande indústria mundial, o turismo é, conseqüentemente, considerado um sector estratégico para alcançar os objectivos do desenvolvimento sustentável. A necessidade de harmonizar esta actividade com o ambiente é enorme, uma vez que a sua sustentabilidade económica se encontra frequentemente dependente da sustentabilidade social e ambiental.

A partir do momento em que a sociedade começa a debater as questões ambientais e a necessidade de um desenvolvimento sustentável, dá-se uma segmentação do mercado turístico, onde aparecem novos produtos com designações próprias. É neste contexto que surge o ecoturismo, como uma alternativa turística que vai de encontro ao desenvolvimento sustentável, e que constitui uma forte alternativa ao turismo tradicional. Apesar desta actividade ser já antiga, a sua importância como grande alternativa económica e agente de desenvolvimento, é relativamente recente. Ainda assim, é já visto como forma de alcançar altos lucros, sobretudo em áreas de grande valor natural.

Segundo a definição de Caballos-Lascurais (1988), apontada como a primeira, o ecoturismo é

* In: Figueiredo AC, JG Barroso, LG Pedro (Eds), 2007, *Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais*. Curso Teórico-Prático, pp. 158-162, 3ª Ed., Edição da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Centro de Biotecnologia Vegetal, Lisboa, Portugal.

o viajar para áreas onde a natureza se encontra relativamente bem preservada, com o objectivo específico de a estudar, admirar, ou desfrutar das suas paisagens, da sua flora e fauna, bem como de qualquer manifestação cultural aí existente.

Contudo, muitas têm sido as definições sugeridas para caracterizar o conceito de ecoturismo. Por exemplo, segundo a definição da TIES (The International Ecotourism Society; <http://ecotourism.org>), ecoturismo é o viajar responsavelmente para áreas naturais de forma a conservar o ambiente e melhorar o bem-estar da população local.

Ainda que os detalhes variem com a definição, todas elas têm em comum os seguintes princípios: compreendem o contacto com a natureza e/ou cultura locais, tendo em conta a conservação do património natural e cultura do local de acolhimento; incluem a participação e beneficiação das populações locais; e têm em conta a sustentabilidade da biodiversidade. De forma geral, é um turismo ecológico sustentável, onde ecológico tem a conotação quer ambiental, quer social. Nele é fomentada a contemplação, compreensão e conservação dos valores naturais e culturais do território, assim como a melhoria das condições de vida da população local.

Esta definição implica que o verdadeiro ecoturismo tenha que seguir determinados critérios como sejam: os valores naturais e culturais são a principal atracção turística; a conservação da diversidade biológica e cultural; a promoção do uso sustentável da biodiversidade, através da criação de empregos para a população local; a partilha dos rendimentos sócio-económicos com a população; o aumento do conhecimento ambiental e cultural; e a minimização dos impactos turísticos.

A grande diferença entre o ecoturismo e o turismo tradicional, é que o primeiro tem como principal preocupação, não só o desenvolvimento económico de um dado local, como a protecção e conservação dos valores naturais e culturais nele existentes, sob os princípios do desenvolvimento sustentável.

Consciente da sua importância mundial, as Nações Unidas, designou o ano 2002, como o Ano Internacional do Ecoturismo e promoveu uma série de actividades, das quais se destaca a Cimeira Mundial de Turismo, que teve lugar de 19 a 22 de Maio de 2002 no Quebec (Canadá). Nela participaram 1200 delegados, em representação de 126 países, que adoptaram uma declaração final definindo as principais características do ecoturismo e abordando diversas temáticas com ele relacionadas: política e planificação do ecoturismo; regulamentação; desenvolvimento de produtos, marketing e promoção; e cálculo de custos/benefícios associados ao ecoturismo.

Para além das questões que se prendem com a sua definição, código de ética e parâmetros de certificação, que continuam ainda em debate aceso, o ecoturismo é hoje um mercado muito promissor. De acordo com os dados da Organização Mundial de Turismo (WTO: <http://www.world-tourism.org/>), o ecoturismo já representa na actualidade cerca de 5% do turismo mundial. As perspectivas de futuro são muito animadoras, esperando-se um crescimento acima da média do esperado para o turismo convencional e a triplicação do seu fluxo económico, no prazo de uma geração. Representa assim um mercado muito promissor, especialmente para os países com significativos valores naturais.

Em Portugal, ainda que o património natural e cultural seja muito rico, o desenvolvimento do ecoturismo é recente, tendo sido, de certo modo, impulsionado pela tendência mundial e pelo Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN), criado em 1998 através de uma Resolução do Conselho de Ministros (n. 112/98 de 25 de Agosto de 1998). Este programa foi especialmente dirigido para as Áreas Protegidas (AP's) nacionais, uma vez que são depositárias de valores naturais importantes e singulares, que podem ser seriamente afectados pela crescente procura turística por áreas naturais. Desta forma, pretendia-se criar um modelo de desenvolvimento turístico sustentável para as AP's, procurando conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com uma actividade turística sustentável. Este documento resultou numa ferramenta importante para as AP's, uma vez que define um quadro regulamentar para as actividades recreativas e turísticas que aí se desenvolvem.

Dada a perspectiva de crescimento do ecoturismo e o benefício social e natural que lhe está associado, é uma oportunidade de investimento muito importante, sobretudo em áreas naturais e/ou em AP's.

Um dos vectores estratégicos do PNTN é a diversificação da actividade turística. Embora a

Região mediterrânica seja extremamente rica em valores naturais, a sua exuberância, diversidade e estado de conservação, não é comparável à de outras regiões do mundo, nomeadamente as tropicais (onde vive uma grande parte das espécies identificadas). Neste sentido, o ecoturismo nacional tem que apostar naquilo que o torna verdadeiramente distinto e único, isto é, a sua diversidade de ecossistemas e uma cultura ancestral, muitas vezes associada aos valores naturais do território.

Neste sentido, as plantas aromáticas e medicinais (PAM) podem ser um recurso importante para o ecoturismo, uma vez que conseguem conjugar simultaneamente o interesse de um recurso biológico com a sabedoria popular, que remonta há vários séculos.

Desde tempos remotos que as plantas proporcionaram ao homem os mais variados recursos. Como medicamentos, fibras para protecção, cosméticos ou elementos presentes em rituais religiosos, a importância das plantas ao longo dos séculos ultrapassou em muito o seu papel vital como fonte de alimento.

A utilização das propriedades terapêuticas e aromáticas das plantas remonta a tempos longínquos, como evidenciam registos chineses, egípcios, mesopotânicos, gregos e romanos (Juscáfresa 1975, Gründ 1983). Descobrimentos recentes datam mesmo a sua aparição há cerca de 5000 anos (Gründ 1983).

Desde o paleolítico mais antigo que o homem utilizava já um conjunto de espécies na preparação de poções, ainda que acompanhassem sempre o seu poder curativo a significados mágicos e a actos religiosos, principalmente porque as doenças eram associadas à invasão do corpo por espíritos malignos (Baker 1970).

Apesar de, inicialmente, a arte da cura ser essencialmente mágica e a quantidade de plantas utilizadas limitada, com o aparecimento da medicina empírica deu-se início à grande utilização das plantas como forma de combater os mais diversos estados patológicos (Naranjo 1995).

Apesar desta utilização primitiva do mundo vegetal, o seu estudo teve apenas lugar numa época mais recente da história. Embora ocasionalmente tenham surgido desenhos de plantas feitos por artistas paleolíticos e de ter sido encontrado um papiro Egípcio datado de 1600 BC com uma lista de plantas medicinais e dos seus usos, a botânica como ciência aparece muito recentemente, tendo as suas raízes na cultura Grega (Baker 1970).

Durante o renascimento surge no velho mundo uma explosão no interesse pelas plantas e pelas suas utilidades (Balick e Cox 1996), a maioria baseado no famoso trabalho de Dioscórides, *Matéria Médica*, publicado no primeiro século AC, no qual muitas características e propriedades de numerosas drogas de plantas foram descritas.

A medicina científica apareceu assim muito mais tarde, sendo o século XVII o que na realidade abriu a porta para o verdadeiro conhecimento científico e compreensão da medicina (Naranjo 1995).

Apesar do avanço da medicina ao longo dos tempos, a utilização das plantas continuou durante muito tempo como algo de grande importância, à semelhança do que tinha acontecido anteriormente. A grande explicação deve estar no difícil contacto das populações rurais com os médicos e do pouco desenvolvimento terapêutico, que nem sempre dispunha de meios para curar muitas das doenças frequentemente mortais. O recurso às possibilidades curativas das plantas era por isso muito grande.

Contudo, com o aparecimento da era mais moderna, caracterizada pelo enorme avanço científico e tecnológico, apareceram novos produtos sintéticos e o recurso a produtos artificiais. Por este motivo, a utilização directa das plantas aromáticas e medicinais experimentou um declínio circunstancial, permanecendo contudo a sua importância na cosmética e na alimentação.

Apesar deste declínio e da crescente quantidade de medicinas disponíveis, a situação parece ter mudado durante a última década, tendo-se assistido a um novo regresso da procura de produtos naturais e do interesse generalizado pelo conhecimento das particularidades utilitárias das plantas. Este interesse específico deve, por isso, ser aproveitado nacionalmente como uma mais valia no campo do ecoturismo, começando já a reflectir-se nas diversas ofertas turísticas existentes no nosso país.

Existem várias formas de utilizar as PAM como atractivo no ecoturismo, algumas das quais começam já a aparecer em Portugal.

Entre elas salienta-se: a promoção de passeios pedestres para reconhecimento de PAM espontâneas; a criação de jardins didácticos para fins turísticos e educacionais; a promoção de feiras e encontros sob o tema das PAM e de outros produtos biológicos (como é o caso dos cogumelos); e o aumento da divulgação de produtos gastronómicos e regionais ligados às plantas utilitárias.

Os percursos pedestres para reconhecimento de PAM espontâneas são já actividades com alguma importância em alguns países, nomeadamente nos países tropicais e mediterrânicos. Na maioria dos casos são actividades bastante bem promovidas (internet, folhetos de áreas naturais, postais, agências de viagem, etc.) e aparecem sob a forma de vários programas e denominações como: percursos pedagógicos, percursos dos sentidos, percursos das plantas com perfume, percurso dos cheiros, etc. Em Portugal o mercado é ainda pequeno, embora comecem a aparecer algumas ofertas, muitas vezes impulsionadas por turistas estrangeiros.

A criação de jardins didácticos, embora implique um investimento inicial e uma manutenção constante, podem tornar-se um grande atractivo local quando bem localizados, cuidados e divulgados. Este tipo de iniciativa aparece já por vários países europeus, muitas vezes associados a áreas naturais. As formas como são apresentados são diversa, desde jardins mistos de PAM, jardins de cheiros ou jardins de plantas medicinais.

A promoção de eventos, como feiras e encontros, sob o tema das PAM e de outros produtos biológicos (como é o caso dos cogumelos), bem como a valorização de produtos regionais ligados às PAM, são outras formas, cada vez mais frequentes, de atrair turistas a determinados locais.

No sector privado começam já a aparecer ofertas deste tipo, integradas em diversos pacotes de turismo ligado à natureza. Também, em diversas localidades, se começa a apostar em feiras de PAM, como atracção turística. Contudo, como locais privilegiados em termos de conservação e de valores naturais, as AP's têm um papel pioneiro e importante a desenvolver neste âmbito. Na realidade, alguns dos relatórios sobre os enquadramentos estratégicos do turismo da natureza de várias AP's, realizados no âmbito do PNTN, referem já a importância das PAM no contexto turístico, considerando-as mais valias e produtos regionais importantes, nomeadamente nas vertentes educativa e gastronómica. Refira-se que o ICN, agora ICNB, deu início em 1999 a um programa nacional que permitiria estudar as PAM utilizadas em Portugal, tendo como espaço de amostragem as AP's. Este projecto permitiu conhecer o elenco florístico aromático e medicinal utilizado pela população e recolher todo um conjunto de conhecimentos populares em risco de se perder, à medida que a população detentora destes saberes vai envelhecendo e, inevitavelmente, desaparecendo. Os resultados mostraram uma enorme sabedoria popular sobre as PAM e um grande número de plantas utilizadas pela população (de onde se salientam cerca de 600 espécies espontâneas da flora portuguesa). Estas conclusões vêm uma vez mais apoiar a ideia de que as PAM podem ser um valor natural importante para o ecoturismo, que se começa já a utilizar no nosso país, mas cujas potencialidades podem ser ainda melhor aproveitadas. Refira-se que, num território mediterrânico como o nosso, onde a riqueza biológica é muito elevada e a presença Humana secular, o património florístico e todas as práticas e saberes tradicionais a ele associado, podem ser um grande atractivo para um turismo que se quer, cada vez mais, ecologicamente sustentável.

REFERÊNCIAS

- Anónimo (1992) *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*. Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro (Brasil).
- Baker HG (1970) *Plants and Civilization*. 2ª edição. University of California, Berkeley, Pp. 194.
- Balick MJ, PA Cox (1996) *Plants, People, and Culture. The Science of Ethnobotany*. Scientific American Library, New York. Pp 228.
- Gründ (1983) *Plantes Médicinales*. ED.Ed. Gründ, Paris. Pp. 319.
- Juscafresa B (1975) *Enciclopedia Ilustrada - Flora Medicinal Tóxica Aromática Condimentícia*. Editorial Aedos. Barcelona. Pp. 542.
- Naranjo P (1995) *The Urgent Need for the Study of medicinal Plants*. In Schultes RE, S Reis (eds). Pp. 414.
- Resolução do Concelho de Ministros n. 112/98 de 25 de Agosto de 1998*. Relativa à criação do Programa

Nacional de Turismo de Natureza, aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República I Série B.
<http://ecotourism.org>. - The International Ecotourism Society. Versão de Dezembro de 2005.
<http://www.world-tourism.org/> - World Tourism Organization. Versão de Dezembro de 2005.
